

# Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local.

*Carlos R. S. Milani\**

---

## RESUMO

A literatura especializada acerca do capital social parte, de modo quase generalizado, da constatação empírica de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir modelos de desenvolvimento local que sejam socialmente justos e ambientalmente sustentáveis; reafirma, quase de forma consensual, que as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua, os recursos advindos das redes sociais, a riqueza do tecido associativo e as instituições políticas têm impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de formas mais intensas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva em torno das estratégias de desenvolvimento local. No entanto, um dos elementos críticos do debate sobre as relações entre capital social e desenvolvimento local diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento. Por conseguinte, com base em uma definição própria de desenvolvimento local, este trabalho divide-se em dois eixos principais: (1) análise das disputas conceituais que imperam no âmbito acadêmico em torno da definição do capital social; (2) defesa do argumento de que trabalhar com metáforas do capital social poderia ajudar a melhor situá-lo nos contextos múltiplos de desenvolvimento local. Na conclusão, com base na experiência de pesquisa desenvolvida pelo autor do artigo entre 2003 e 2005 no Município de Pintadas na Bahia, são propostos parâmetros teórico-metodológicos a fim de analisar as relações entre capital social e desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local. Capital social. Teoria social. Metáforas. Parâmetros metodológicos para pesquisa científica.

---

## 1 INTRODUÇÃO

A literatura acadêmica e os relatórios de agências internacionais que tratam do tema do capital social partem, de modo quase generalizado, da constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir modelos de desenvolvimento local que sejam socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Reafirmam, quase de forma consensual, que o crescimento econômico não produz, necessária e

diretamente, o desenvolvimento local; relembram que as instituições e o sistema social são elementos-chave a serem considerados na resolução do problema do acesso aos benefícios econômicos produzidos pelo desenvolvimento e de sua repartição. Autores como Robert Putnam (1995), James Coleman (1990), Michael Woolcock (1998), Elinor Ostrom e T. K. Ahn (2003), John Durston (2003), Marcelo Baquero (2002), Raúl Atria (2003), Ricardo Abramovay (2000), entre outros estudiosos do tema, tratam, em seus respectivos campos de estudo, as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua, os recursos advindos das redes sociais e a riqueza do tecido associativo enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local.

Os fatores de ordem social, institucional e cultural são, assim, reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de formas mais intensas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva em torno das estratégias de desenvolvimento local. É evidente que um dos elementos críticos do debate acerca das relações entre capital social e desenvolvimento local é o próprio conceito de desenvolvimento local. Neste trabalho, com base em uma definição adotada pelo autor de desenvolvimento local, analisam-se duas questões principais. Em primeiro lugar, diante da disputa em torno do conceito, quais são as metáforas possíveis do capital social enquanto variável essencial do desenvolvimento local? Nesse sentido, busca-se detalhar as premissas e a origem das teorias do capital social e, por meio de uma análise crítica do conceito, refletir sobre o valor heurístico da categoria de capital social enquanto variável do desenvolvimento local. Em segundo lugar, o presente artigo visa apresentar uma proposta teórico-metodológica de estudos sobre o capital social. Tal proposta fundamenta-se na experiência de pesquisa desenvolvida entre 2003 e 2005 no Município de Pintadas (Bahia), no âmbito do projeto sob a coordenação do autor deste artigo<sup>1</sup>.

## **2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: TEXTOS, CONTEXTOS E A PROPOSTA DE UM CONCEITO**

É muito difícil discorrer sobre o desenvolvimento local (DL) sem pensar na seguinte contradição: o DL é, ao mesmo tempo, um processo de transformação social e um projeto político-estratégico. Isso significa que o DL é, concomitantemente, “análise-empíria” e “discurso-norma”, ou seja, ele pode ser pensado sob a ótica analítica (o que efetivamente ocorre nos processos de DL, suas causas, seus contextos variados, os constrangimentos estruturais e conjunturais, a centralidade da cultura em sua análise, entre tantos outros aspectos), mas também na perspectiva normativa (o “como” do projeto, os valores que o embasam, os atores que sustentam tais valores, as representações sociais na construção dos problemas de DL, entre outras questões). A tensão entre essas dimensões analítica e normativa – comprovada nos discursos e nas práticas dos atores do DL (por exemplo, governos, empresas nacionais e

transnacionais, agentes da sociedade civil, agências da cooperação internacional) – é frequentemente o resultado da contradição entre o processo de transformação social e a estratégia dos atores.

O desenvolvimento local, aqui definido enquanto transformação social ocorre de modo diferenciado de acordo com o contexto (social, econômico, tecnológico) e em função dos atores direta e indiretamente envolvidos no processo (atores públicos e privados, estatais e não-estatais, locais e globais). É um truísmo recordar que, do ponto de vista empírico e analítico, o desenvolvimento local difere segundo a percepção dos atores, o contexto e, ponto fundamental, as diferentes expressões da cultura que informam e influenciam o modo de organização desses atores em relação ao contexto em que se inserem. Sendo a cultura definida como um sistema de significados compartilhados pelos membros de uma coletividade (uma sociedade, uma comunidade) que os utilizam em suas interações e relações, ela evidentemente apresenta variações e evolui dinamicamente. A cultura assim entendida não aceita modelos nem fórmulas universais de desenvolvimento (Geertz, 1986).

No entanto, o desenvolvimento enquanto projeto político nasce com a modernidade e se expande graças aos vetores pretensamente universais do projeto moderno (os modelos de Estado, de Nação, de articulação entre o público e o privado, da cooperação internacional, de gestão das relações econômicas, entre outros). Ao pretender ser universal, o desenvolvimento e suas diversas variações (desenvolvimento humano, social, sustentável, territorial, regional, local) tendem a desconsiderar os contextos geográficos, os tempos históricos e a diversidade das culturas existentes. Na forma como o projeto de desenvolvimento se expande, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial (a partir do discurso de posse de Harry Truman sobre os quatro pontos relativos à política externa norte-americana, de janeiro de 1949), alguns modelos culturais são erigidos em normas e, não sem conflitos, muitas culturas são recolonizadas e desconsideradas na definição do que seriam as prioridades do desenvolvimento. Este processo tem sido relatado por inúmeros analistas e críticos do desenvolvimento (Amin, 1970; Bartoli, 1999; Escobar, 1995; Fals-Borda, 1971; Latouche, 1991; Myrdal, 1968; Perroux, 1961; Rist, 1996; Sachs, 1993).

Como resposta a essa tendência hegemônica do desenvolvimento enquanto norma (que aqui resumimos ao extremo), os discursos em torno do DL surgem, sobretudo a partir dos anos 70, com base na necessidade de construir-se histórica e socialmente o território (o "local") do desenvolvimento enquanto projeto político de transformação social<sup>2</sup>. O DL é, nessa acepção, entendido como uma resposta alternativa à falsa universalidade das fórmulas do desenvolvimento veiculadas pela cooperação técnica internacional e suas agências. O DL é endógeno, territorial e culturalmente enraizado, projeto-processo político, bem como construção de estratégias de transformação social a partir dos recursos e dos atores mobilizados no

contexto local. São várias as terminologias que vêm surgindo, desde os anos 70, a fim de enfatizar essa dimensão cultural e local do desenvolvimento (desenvolvimento endógeno, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento social, desenvolvimento cultural, desenvolvimento sustentável); todas elas têm em comum a centralidade dada à cultura enquanto conjunto de significados e símbolos compartilhados por uma coletividade social.

Ocorre que, nos anos 90, os campos semântico, empírico e político do desenvolvimento local parecem perder a clareza de suas fronteiras. O fim da Guerra Fria e a vitória anunciada do projeto da economia de mercado (considerada como a nova universalidade) tornam mais complexa a análise das distinções entre discursos e práticas dos atores do DL. Contraditoriamente, todos os atores, quase indistintamente, parecem ter chegado ao consenso de que seria o desenvolvimento local: todos parecem concordar quanto aos objetivos do desenvolvimento e as diferenças de classe, gênero, raça e ideologia parecem ter desaparecido. Os conflitos reais parecem não mais existir. Isso ocorre, mormente no plano do discurso: tanto o Banco Mundial quanto as organizações engajadas no processo do Fórum Social Mundial defendem o combate contra a pobreza; tanto as empresas quanto os governos têm responsabilidade social.

Vivemos, desde os anos 1990, um período de transição que dificulta o olhar sobre o DL. O desafio está posto diante das dificuldades de um olhar não reducionista sobre o DL que associe a ruptura da monocultura do rigor científico, a busca do rigor com objetividade (mas não neutralidade) e uma tradução da realidade que abranja a inteligibilidade das mobilizações sociais e das causas relativas à desigualdade. O pensamento crítico sobre o DL situa-se além da pressa, da produtividade, da despolitização dos processos de transformação social por que passa o Brasil da globalização, buscando ir além dos consensos falsos em torno do DL que representam uma afirmação dos conflitos resolvidos. Há, pois, uma grande dificuldade associada ao desafio de pensar o DL hoje: trata-se de uma determinação global ligada à evolução do capitalismo, a chamada globalização. Essa "determinação global" diz respeito às reformas institucionais do Estado, às relações entre classes sociais, ao modo de operação daqueles que dominam a economia e a política, ao estilo das políticas públicas, à diluição das capacidades de intervenção social dos atores sociais, à naturalização de uma ordem social individualista e possessiva (Comparato, 2001; Coutinho, 2001).

Nesse contexto fundamental do DL, há um deslocamento do conflito, ou talvez, uma dimensão extraordinária do conflito que se soma às divisões clássicas entre os atores (que continuam empiricamente marcados pelas diferenças que podem, ainda em muitos contextos separá-los): esse deslocamento ou essa nova dimensão corresponde à *guerra das palavras e dos sentidos* no campo do desenvolvimento local. Afinal de contas, o que significa desenvolver? No bojo da globalização, que atores serão chamados a participar da definição do "projeto de desenvolvimento local?" Nas experiências de desenvolvimento local, o que fazer da diferença entre os atores que

não concordam com as normas vigentes de desenvolvimento? Perguntas aparentemente simples, mas cujas respostas nos remetem a clivagens profundas no campo atual do DL, concomitantemente campo de análise e campo de ação.

É assim que, no atual contexto da globalização econômica, o DL é considerado por muitos como a “resposta mágica” ou a única resposta possível às crises do desenvolvimento em geral. Ou seja, mesmo em países com alto grau de desigualdade estrutural como o Brasil, a “solução” para os problemas de acesso a educação, a saúde, ao emprego ou renda adviria das “estratégias de desenvolvimento local”. O desenvolvimento local é assim politicamente reinvestido e socialmente redefinido, sofrendo profunda alteração semântica, uma vez que passa a ser visto, por muitos analistas, como estratégia de adaptação e não mais de transformação social. Isso significa que o desenvolvimento local perde gradativamente o seu caráter político: os atores do desenvolvimento local devem chegar a consensos (preferencialmente, via “metodologias participativas”) e definir estratégias (preferencialmente eficientes e viáveis) de inserção na economia global. Nesse diálogo entre o desenvolvimento local e a globalização econômica, perde-se um elo da regulação e esquece-se freqüentemente um ator político. Este elo e este ator eram anteriormente considerados centrais inclusive para se pensarem as políticas de desenvolvimento local: trata-se evidentemente do nível nacional de regulação e das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Conceber o desenvolvimento local no bojo dessas contradições comporta, em nossa visão, cuidados analíticos importantes. O primeiro deles refere-se ao risco do localismo, que aprisiona atores, processos e dinâmicas de modo exclusivo ao seu lócus, a sua geografia mais próxima, sem fazer as necessárias conexões com outras escalas de poder (nexo local-nacional-global). O segundo risco é conceber o desenvolvimento local de forma autônoma e independente de estratégias de desenvolvimento nacional e internacional, ou seja, imaginar que as estratégias locais de desenvolvimento econômico não tenham relação de interdependência, por exemplo, com políticas nacionais de ciência e tecnologia, ou com as negociações mundiais sobre a liberalização do comércio. Um terceiro cuidado é a atomização do desenvolvimento local, com o corolário da fragmentação de iniciativas não necessariamente coerentes entre si; ou seja, alguns territórios logram a inserção dinâmica na globalização e outros ficam excluídos do processo (Becker, 2002).

Há, no entanto, outras formas – mais complexas e dialéticas – de conceber o DL. A análise do DL pode ganhar força quando este é concebido enquanto contraponto do contexto e da diversidade frente ao temor da uniformização globalizante de meios e conteúdos. O local pode ser emancipatório, tornar-se fonte de novas utopias e apresentar potencial transformador. Pode constituir-se em ferramenta de análise mais dinâmica quando posto em relação com as lógicas de conflito e desigualdade, ou seja, quando associado à hipótese de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas exclusivamente pelo alto (Silveira, 2001). Por isso, pensar o desenvolvimento local implica extravasar

o local limitado por espaços geográficos e pensar sua identificação a partir da desconstrução da falsa antinomia entre o micro e o macro. O local constitui-se em território e conduz-nos a analisar a endogenia (o desenvolvimento local torna efetivas e dinamiza potencialidades locais próprias) e a particularidade (fatores locais) dos contextos em que se situam os seus atores. O local é, nesse sentido, construído social e territorialmente; é delimitado pela permanência de um campo dinâmico de interação entre atores sociais, econômicos e políticos (Oliveira, 2002). Daí decorre o conceito que aqui propomos para debate: o desenvolvimento local é um projeto político (no sentido gramsciano) de transformação social – portanto, necessariamente consciente, coletivo e inclusivo – situado histórica e geograficamente isto é, com tempos e espaços específicos.

### 3 CAPITAL SOCIAL: UM CONCEITO EM DISPUTA

Sabe-se que não há, evidentemente, um único sentido dado ao capital social. Os diferentes conceitos procuram abranger algo que é produzido, acumulado e reproduzido no âmbito das relações sociais e que teria impacto na forma como funcionam as instituições ou evoluem os processos sociais (sendo o desenvolvimento local). Não há, portanto, consenso quanto ao conceito de capital social. A sua definição segue sendo um terreno de disputas, sobretudo porque se tenta, concomitantemente, compatibilizar a lógica processual das relações sociais com o campo das políticas e estratégias de desenvolvimento local: capital social é fonte de recursos, é conjunto de normas, de instituições e de organizações, é forma de reconsiderar o papel que normas e valores desempenham na vida econômica.

Lyda Judson Hanifan é considerado um dos pioneiros no uso do termo “capital social”, definindo-o, em 1916, como o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família; Hanifan parte da idéia de que as redes sociais podem ter valor econômico<sup>3</sup>. Estudando o desenvolvimento rural comunitário nos EUA (no caso particular de Hundred no estado de West Virginia), Hanifan usa o termo capital em sentido figurado: o epicentro do capital social estaria na escola. Adotando uma visão pedagógica e partindo de autores como John Dewey (“The School and Society”) e Woodrow Wilson (“Evolution of the Country Community”), Hanifan busca entender como valorizar a escola como centro norteador de relações sociais em uma comunidade. Porque o indivíduo não pode sobreviver sem a sociedade, o capital social é acumulado no sistema social a fim de produzir benefícios econômicos; tal acumulação se dá nos momentos de troca, durante os *picnics* e os encontros comunitários. No entanto, na concepção de Hanifan, o papel da liderança é central no processo de construção e fomento do capital social, seja por meio do crescimento do orgulho ou do sentimento de pertencimento à comunidade (Hanifan, 2003).

A partir dos anos 1960, Jane Jacobs, Glenn Loury, Pierre Bourdieu e Ekkehart Schlicht reutilizam o termo e teorizam sobre a noção de capital social (Meda, 2002). Segundo Robert Putnam, a urbanista Jane Jacobs teria sido a primeira analista social a utilizar, em 1961, o termo "capital social" com o seu significado atual (Putnam, 1995). Ela utiliza o termo capital social uma só vez, mas seu estudo trata do imaterial e do social nas lógicas de planejamento urbano: as conexões entre as pessoas produzem a coesão das comunidades urbanas, constituindo-se em redes de proteção do bairro contra estranhos (redes de confiança e de controle social). Para Jacobs, as comunidades urbanas são aquelas que têm algo em comum, que compartilham valores e objetivos comuns. No entanto, como Hanifan, também lembra a importância da liderança (as famosas *Mrs. Roosevelts* nos bairros) para dinamizar essas redes, que constituem o capital social das cidades: ... these networks are a city's irreplaceable social capital. Whenever the capital is lost, from whatever cause, the income from it disappears, never to return until and unless new capital is slowly and chancily accumulated" (Jacobs, 1961, p. 138) <sup>4</sup>.

Para James Coleman, o capital social é definido pela sua função, correspondendo a uma variedade de entidades (sistemas de apoio familiar, sistemas escolares, relações de trabalho) tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social. Seguindo um paradigma de análise fundado na teoria da escolha racional, Coleman considera que o capital social se consubstancia nas relações entre indivíduos (Coleman, 1990). É importante salientar que Coleman desenvolveu sua teoria do capital social como resultado de uma colaboração intelectual com o economista Gary Becker, de acordo com o qual o capital social seria toda interação social de efeito contínuo, diferente de comportamentos individuais atomizados e realizada fora do mercado – ou seja, uma externalidade que corrige imperfeições do mercado (Fine, 2001, pp. 16 e 41).

Para os autores da escola institucionalista, é necessário entender as relações entre a riqueza da sociedade civil e o processo de construção da democracia, questionando-se acerca do impacto do compromisso cívico das entidades da sociedade civil (associações, clubes, sindicatos) no desempenho das instituições no processo de construção da democracia liberal. O capital social refere-se aqui a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo da coletividade; ele pode ser auferido pela intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado (Putnam, 1993). Para ele, em uma comunidade ou em uma sociedade *abençoada* por estoques *significativos* de capital social, as redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua (Putnam, 1995, p. 67).

Outros ainda, como o sociólogo francês Pierre Bourdieu, procuram associar ao capital social o conjunto de benefícios individuais e de classe oriundos de relações pessoais e valores socialmente compartilhados. Lembra Bourdieu que o capital social seria um dos tipos de recursos de que dispõem os indivíduos e os grupos sociais, os outros sendo o capital econômico, simbólico, histórico e cultural. O capital social é, neste caso, o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é concomitantemente estoque e base de um processo de acumulação que permite a pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social. A idéia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas. Entretanto, o capital social é considerado uma quase-propriedade do indivíduo, visto que propicia, acima de tudo, benefícios de ordem privada e individual (Bourdieu, 1980; Bourdieu, 1995). Na França, o capital social dos indivíduos poderia, nesse sentido, permitir-lhes o acesso a informação, profissões, favores, benefícios institucionais, independentemente da norma republicana de igualdade entre os cidadãos. Bourdieu desenvolve o conceito de capital social em termos de estratégia de classe; o capital social tem, para ele, o caráter de instrumento (da mesma forma que o capital econômico ou o capital cultural) que utilizam atores racionais com vistas a manter ou reforçar seu estatuto e seu poder na sociedade <sup>5</sup>.

Para Mark Granovetter, as ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (a sua noção de *embeddedness*). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos. A duração das relações (consideradas positivas e simétricas), a intimidade criada no âmbito das redes, a intensidade emocional, os serviços recíprocos prestados são fatores essenciais para considerar a formação de laços fortes – base do capital social. Granovetter critica as duas visões do comportamento econômico: a visão neoclássica, que ele qualifica de subsocializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectado das relações sociais; e a estruturalista e marxista, que ele qualifica de supersocializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem (Granovetter, 1973; Granovetter, 1984).

Sciarrone (2000) traz uma contribuição particular aos estudos sobre capital social. Seu ensaio teórico é uma tentativa de aplicar o enfoque baseado no capital social sobre os estudos sociológicos das redes mafiosas. Afirma que o capital social dos mafiosos permite entender como eles conseguem estabilizar e manter as relações de cooperação e de intercâmbio inclusive com agentes exteriores à organização-rede. É o que ele chama de "patrimônio relacional" que distingue a máfia das outras organizações criminais. Na máfia, o objetivo do poder (controle do território) tem

prioridade sobre a acumulação de riquezas. Nesse sentido, a rede de relações representa um verdadeiro "capital" para os integrantes da máfia, considerada um sistema de regras que cria obrigações (importância simbólica e efetiva do segredo) e oportunidades para os diversos participantes que podem ter interesses não só heterogêneos, mas também conflitivos. Utilizando algumas categorias de Granovetter (1973), Sciarrone considera que os laços fortes (familiares) garantem maior estabilidade à máfia, mas são os laços fracos que permitem estender e dinamizar a rede. Com o seu capital social, os mafiosos podem obter o consenso necessário à sua sobrevivência e reprodução. Sem cair na armadilha da normatividade relacionada ao "bom capital social", Sciarrone lembra, no entanto, que o capital social das máfias destrói o capital social coletivo necessário à modernização e à produção dos bens públicos. Além disso, ele é produzido em detrimento dos que não fazem parte da organização ou que se recusam colaborar (rede fechada).

Atria (2003) busca entender o enfoque do capital social no contexto da América Latina. O autor propõe duas dimensões para o entendimento do conceito: o capital social entendido como uma capacidade específica de mobilização (liderança e empoderamento) de determinados recursos (relações de confiança, reciprocidade e cooperação) por parte de um grupo; o capital social como disponibilidade de redes de relações sociais (associatividade horizontal ou vertical). Ele afirma que o capital social de um grupo social é a capacidade efetiva de mobilizar, produtivamente e em benefício do conjunto, os recursos associativos. O autor correlaciona a distribuição dos recursos associativos (disponibilidade de redes a que têm acesso os membros dos grupos) à distribuição da capacidade de mobilização dos grupos. Esta correlação ajudaria a explicar a pobreza e elaborar políticas públicas de combate contra a pobreza na América Latina, afirma Raúl Atria: "a disponibilidade de capital social nos grupos mais pobres é variável quando se leva em conta a capacidade de mobilização destes grupos, ou sua dotação de grupos associativos" (sic). O autor concebe capital social como sendo um dispositivo acionável pelo indivíduo em momentos de necessidade (capital social individual) ou como sendo o entrecruzamento de relações individuais (capital social coletivo).

Ostrom e Ahn (2003) salientam a explosão do interesse pelo tema (utilizando como indicadores o número de artigos publicados na base de dados *Web of Science*) a fim de explicar o desenvolvimento econômico e a ordem social e política. Lembram que a primeira geração de escritos sobre ação coletiva pressupunha indivíduos egoístas, atomizados e completamente racionais (dotados de racionalidade ilimitada); nesta geração de autores (por exemplo, Olson e Hardin usando o modelo do dilema do prisioneiro), o capital social tinha pouco poder explicativo sobre a ação coletiva. O capital social contaria mais para os autores de uma segunda geração da teoria da ação coletiva (influenciados por modelos comportamentais e pela teoria dos jogos). Nesta segunda geração (à qual pertence a própria Elinor Ostrom), preferências individuais heterogêneas são levadas em consideração. Por exemplo, além de aceitar que o comportamento dos indivíduos pode ser estimulado, a segunda geração de autores

sobre ação coletiva acredita que existam indivíduos com genuína confiabilidade. Para Ostrom e Ahn, o capital social está no centro das dificuldades das ações coletivas contemporâneas, as quais – por sua vez – são a essência dos problemas econômicos e políticos atuais. Trata-se de capital porque se refere a um conjunto de recursos que produz benefícios para alguns indivíduos por algum tempo; o grupo de indivíduos pode ser pequeno (uma família, por exemplo); o benefício de alguns pode produzir-se em detrimento de outros. Haveria, segundo os autores, três formas principais de capital social que devem ser levados em conta no estudo da ação coletiva: confiabilidade (*trustworthiness*); redes; regras formais e informais (instituições). O capital social seria, assim, um atributo dos indivíduos e de suas relações que lhes permite aumentar a capacidade de solução de problemas de ação coletiva. Sugerem o seguinte esquema interpretativo do capital social:

*Capital social = confiabilidade + redes + instituições (enquanto fatores relacionados de modo complexo e não linear). Tais fatores geram confiança que, de acordo com variáveis contextuais, produz ações coletivas.*

Ostrom e Ahn (2003) inserem o seu conceito de capital social na teoria mais ampla da ação coletiva. A confiança é a ligação central entre capital social e ação coletiva. A confiança é promovida quando indivíduos são confiáveis, quando eles se encontram em redes múltiplas (*networked*) e quando há instituições (regras formais e informais) que facilitem o crescimento da confiança. Diferentemente de Putnam, não consideram a confiança como uma forma de capital social, mas sim um resultado (um produto) de formas de capital social. A confiança é a ligação central entre capital social e ação coletiva; ela integra a previsibilidade de comportamentos dos agentes e, por isso, envolve a avaliação do risco de que um comportamento não seja efetivamente seguido. A confiança põe em relação as três formas de capital social citadas acima. A confiabilidade resulta de características particulares daqueles em quem confiamos (os valores intrínsecos dos indivíduos são também elementos essenciais para se saber se um indivíduo coopera ou não); no entanto, além da motivação individual, também devem ser levadas em consideração estruturas sociais e regras (sanção, punição) que marcam o contexto em que se situa o indivíduo. A confiabilidade é fundamental porquanto constitui um elemento que incentiva a reciprocidade: um indivíduo que baliza o seu comportamento pela reciprocidade é um indivíduo confiável. As redes incentivam a cooperação, mas, sobretudo ajudam a conformar normas de reciprocidade. As instituições (prescrições, regras) também incluem o estado de direito, a atmosfera democrática, um governo transparente e com objetivos claros; no entanto, deve-se pensar tanto na prática das regras quanto em seu aspecto formal (o que corresponderia à máxima vigente no Brasil "a lei pega?").

Feita essa breve descrição dos conceitos apresentados por alguns dos inúmeros estudiosos do tema, é necessário reconhecer, diante da heterogeneidade dos conteúdos, que as críticas ao conceito, como lembram Ostrom e Ahn (2003), são múltiplas. Os autores as organizam em torno de três aspectos. Em primeiro lugar, como investir em capital social? Por exemplo, quando alguém participa de alguma atividade, esta pessoa o faz enquanto investimento ou enquanto consumo, para divertir-se ou acrescentar algo a sua vida? Ao participar de uma atividade, toda pessoa pode influenciar na conformação das regras, mas pode construir uma reputação que lhe renderá algum dividendo no futuro? Como considerar o investimento de tempo (bem cada vez mais raro para o sujeito global) em relações sociais como produtor de benefícios sociais? Um segundo aspecto diz respeito à venda ou à transferência de capital social: aqui é necessário separar os aspectos individuais dos aspectos relacionais do capital social. A questão, porém, é: como distinguir a reputação de um ator do benefício daí decorrente que pode inclusive ser comercializado? Como pensar essa distinção no plano de um indivíduo, de uma organização e de uma coletividade mais ampla? Em terceiro lugar, como medir o capital social? Thorstein Veblen já afirmava em 1908 que bens intangíveis (boa vontade, boa reputação) são capitais que podem gerar benefício de longo prazo<sup>6</sup>. Três caminhos são apontados por Ostrom e Ahn (2003) para a mensuração do capital social: no âmbito da ação coletiva (quanto um indivíduo ganha ou perde ao ser recíproco ou não), usando o indicador da confiança a partir de grandes *surveys* nacionais e internacionais (que dão tendências macro e não servem para analisar comportamentos individuais) e usando o indicador do associativismo de Putnam.

Em artigo anterior (Milani, 2004), apontamos cinco elementos que podem ajudar-nos a analisar criticamente o capital social: a tautologia e a circularidade que caracteriza muitos conceitos de capital social disponíveis para pesquisa empírica; a pouca importância dada por muitos autores ao contexto das relações sociais em que se engendram recursos de capital social; a não-consideração da particularidade desse recurso tanto na sua formação quanto na sua reprodução, além de suas formas de acumulação; a importância de considerar o capital social enquanto bem coletivo e propriedade de uma comunidade; e a tendência a normatizar o capital social (definir o "bom" capital social, seguindo a tradição etnocêntrica do conceito de cultura cívica, por exemplo).

Locke (2001) assinala três ordens de críticas importantes às análises racionalistas e sociológicas sobre o capital social (trabalhos de Douglas North e Robert Putnam, respectivamente): são estáticas ao assumirem que padrões de associativismo e/ou capital social são fixos no tempo e no espaço; são mecanicistas ao tratarem os pré-requisitos da confiança (institucionais ou sociológicos) como variáveis homogêneas binárias (ou as sociedades possuem as "instituições certas" ou não, e isso em estoques suficientes); são majoritariamente pessimistas quanto às

possibilidades de se criar confiança nos contextos em que as condições e pré-requisitos favoráveis ao capital social não estejam presentes (Locke, 2001, p. 256).

Reis (2003) aponta uma série de lacunas metodológicas e teóricas no estudo de Putnam sobre o capital social. Apresentado como elemento facilitador da cooperação voluntária e como fator decisivo para a instauração de círculos virtuosos de um bom desempenho institucional, o capital social não é definido com precisão por Putnam, permanecendo vago e ambíguo ao englobar simultaneamente tanto variáveis "estruturais" quanto "atitudinais". Um conceito "guarda-chuva", o capital social putnamiano é empiricamente pouco apto à operacionalização (Reis, 2003).

Ben Fine (ao lado de S. Durlauf, R. Solow e K. Arrow) é considerado uma das principais vozes críticas ao conceito de capital social (Fine, 2001). Tendo a denúncia da "colonização" das ciências sociais pela economia como pano de fundo, Fine considera a teoria do capital social metodologicamente reducionista (Fine, 2001, p. 11) visto que pressupõe, ao afirmar a existência de um "capital social", que alguma forma de capital não seja social (donde sua crítica de natureza epistemológica). Como chamar de capital determinadas condições (valores, confiança, normas de sociabilidade, etc.) que não necessária e exclusivamente dizem respeito ao capitalismo? Como separar o capital social de seu contexto e da história das relações sociais em uma dada coletividade? Por que adotar uma perspectiva linear (causa-efeito) na consideração dos efeitos produzidos por algumas características das relações sociais na economia ou na política, externalizando as variáveis relativas a poder, classe e conflito?

#### **4 O CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: AS VÁRIAS METÁFORAS**

A metáfora é uma figura de sentido fundada em relações de equivalência ou de analogia entre duas idéias ou campos semânticos, em que um é suprimido a fim de criar uma representação de como pode ser visto ou imaginado o outro. No processo de construção de uma metáfora, faz-se a comparação entre entes diferentes, retendo somente os aspectos que se consideram próximos e semelhantes, sempre com o objetivo último de engendrar um novo significado. A metáfora, assim, é uma ferramenta bastante utilizada no campo do desenvolvimento com vistas a criar uma rede de novos sentidos para o desenvolvimento, desconstruindo o economicismo, dando ênfase ao seu caráter político, holístico e multidimensional; para tanto, parte-se de conceitos abstratos e busca-se estabelecer conceitos concretos: é o caso do *desenvolvimento baobá* (endogenia, longo prazo, sustentabilidade) versus o *desenvolvimento eucalipto* (exogenia, produtividade de curto prazo, alto impacto) em países africanos; também o *desenvolvimento holograma* de Edgar Morin<sup>7</sup>; a metáfora

do *desenvolvimento rede* (tecido de redes), a *economia das metamorfoses*<sup>8</sup>, entre outras.

Em se tratando de capital social, esse processo mental e criativo, de natureza evidentemente cognitiva, pode ser particularmente útil na medida em que o debate teórico-conceitual ainda se encontra bastante permeado de ambigüidades e incertezas quanto à natureza e aos conteúdos do capital social. Pensar uma imagem relativa ao capital social pode ajudar a esclarecer as funções desse recurso social, buscando por meio de associações descobrir novos significados e *insights* metodológicos. A premissa básica, neste artigo, é de que, como lembra Morgan (1996) ao analisar metáforas no caso do estudo das organizações contemporâneas<sup>9</sup>, o uso de metáforas para compreender as teorias e as explicações acerca das relações entre o capital social e o desenvolvimento local pode ser mais que um mero artifício estilístico e retórico; a metáfora pode revelar modos de pensar e maneiras de ver que se inter-relacionam com a nossa compreensão do capital social. Leva-nos à discussão teórico-metodológica por caminhos da hermenêutica de um fenômeno eminentemente complexo, dinâmico e subordinado a variações contextuais, cuja conceituação, como vimos no item 3 deste artigo, é marcada pelo não-consenso, pela polissemia e, em muitos casos, pela contradição polêmica dos conteúdos.

Como lembram Robinson e Robinson (2002, p. 60), o capital social já foi descrito como uma cola que mantém as coletividades unidas (cola sociológica), como lubrificante que ajuda a diminuir os atritos sociais em uma coletividade (colaborando, assim, na redução dos custos de transação) e como um condensador de fumaça. Robert Putnam (em "Bowling Alone") afirma que o capital social de contato ("bonding social capital") seria uma *super bonder* sociológica, ao passo que o capital social do tipo relacional ("bridging social capital") seria um WD-40 sociológico<sup>10</sup>. Relatórios do Banco Mundial lembram que o capital social não pode ser definido apenas como o somatório das instituições subjacentes à sociedade, pois ele também se refere à "cola" (sic) que as mantém unidas (*apud* Robinson e Robinson, 2002). Ainda o mesmo Banco Mundial afirma que "há uma quantidade impressionante de fumaça sendo produzida pelo capital social, cuja grande promessa se encontra no fato de poder funcionar como um condensador de fumaça que transforma pelo menos parte dessa fumaça em matéria concreta"<sup>11</sup>.

Seguindo os ensinamentos de Robinson e Robinson (2002), discordamos dessas metáforas. Em primeiro lugar, a cola sociológica enfatiza a estabilidade, a manutenção de uma união estável de aspectos sociais, não permitindo, porém, uma concepção dinâmica do capital social, visto que, enquanto cola, ele restringiria o movimento, a interação e a dinâmica social. A imagem da cola remete-se a uma visão

estática do capital social que poderia confundir-se com a de coesão social: a cola mantém duas superfícies unidas e, dependendo da sua natureza química, de forma perene e sem flexibilidade. Pensar no capital social como um elemento que ajuda a evitar a transformação social seria, pelo menos, contraditório com a nossa definição de desenvolvimento local (apresentada no item 2 deste artigo). Além disso, a metáfora da cola não seria específica ao capital social: a religião, as atividades comunitárias, a cultura, a xenofobia também seriam colas sociológicas. Em segundo lugar, a metáfora do lubrificante conduziria à idéia de que o capital social pode ser considerado como um facilitador do movimento e da interação em coletividades, prevenindo ou impedindo as forças sociais da conservação e da manutenção do *status quo*. O capital social ajudaria na aceleração das interações ao propiciar uma redução do atrito social e criar uma película protetora em torno das relações sociais. Essa imagem do capital social tendo uma função dinamizadora do movimento pressupõe, no entanto, o contato direto entre duas superfícies. Tanto no caso da metáfora da cola quanto na do lubrificante social, a proximidade é uma condição do capital social. Em ambas as metáforas, o capital social é um elemento externo que deve ser aplicado às superfícies. Ambas as metáforas pressupõem que o capital social pode ser (deve ser, nas visões mais normativas) introduzido (ou imposto) no sistema social. Se entendermos que o capital social existe dentro e a partir das relações sociais em uma dada coletividade, essa hipótese de sua inexistência em algumas sociedades e comunidades deve, evidentemente, ser descartada.

Como já afirmamos em artigo recente (Milani, 2004), concebemos o capital social como o somatório de recursos inscritos nos modos de organização cultural e política da vida social de uma população. O capital social é um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de compromisso cívico; ele depende diretamente das associações horizontais entre pessoas (redes associativas, redes sociais), das redes verticais entre pessoas e organizações (indo além das mesmas classes sociais, das pessoas da mesma religião, dos membros do mesmo grupo étnico), do ambiente social e político em que se situa a estrutura social (o respeito das liberdades civis e políticas, o ambiente jurídico-legal, o compromisso público, o reconhecimento apropriado do papel e da posição do outro nas deliberações e negociações, a permissão que as pessoas se dão ou não em ter o direito ou o dever de participar de processos coletivos, bem como as normas dos compromissos assumidos entre o privado e o público) e, finalmente, do processo de construção e legitimação do conhecimento social (a transformação de informações atomizadas ou de práticas referentes a apenas alguns grupos em conhecimento socialmente compartilhado e aceito). Ao assim concebermos o capital social, devemos precisar que a tensão entre o « capital » e o « social » é evidentemente complexa e dialética. O « social » refere-se à associação, ou seja, o capital pertence a uma coletividade ou a uma comunidade; ele é compartilhado e não pertence a indivíduos (social de « sócio », parceiro). O capital social não se gasta com o uso; ao contrário, o uso do capital social o faz crescer. Nesse sentido, a noção de capital social indica que os recursos são

compartilhados no nível de um grupo e sociedade, mais além dos níveis do indivíduo e da família. Isso não implica que todos aqueles compartilhando determinado recurso de capital social se relacionem enquanto amigos ou membros de uma grande família; significa, no entanto, que o capital social (o nosso “bom capital social”) existe e cresce a partir de relações de confiança e cooperação e não de relações baseadas no antagonismo. Além disso, capital social é « capital » porque, para utilizar a linguagem dos economistas, ele se acumula, ele pode produzir benefícios, ele tem estoques e uma série de valores. O capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro. Não se trata, porém, de um bem ou serviço de troca, quantificável independentemente dos contextos e das práticas de desenvolvimento local (Milani, 2004).

Portanto, como Robinson e Robinson (2002, p. 63), preferimos adotar a metáfora do campo eletromagnético para compreender imagetivamente o papel do capital social no desenvolvimento local <sup>12</sup>. No caso de um campo eletromagnético, o efeito é de longo alcance, podendo ser de atração ou repulsão (que diminuem ambas com a distância). A metáfora pressupõe a existência de ondas de relações sociais e não de contato (fixo ou dinâmico) entre superfícies; no campo eletromagnético não há necessidade de contatos diretos ou de proximidade geográfica, uma vez que os efeitos produzidos dependem das relações (as ondas) e a influência (positiva ou negativa) pode ocorrer a partir de um elemento situado fisicamente distante do campo. Outrossim, no campo de força eletromagnética, há energia potencial em todos os átomos (sob a forma de eletricidade estática), que devem ser instigados e provocados para produzirem energia real. Contrariamente às idéias de cola ou lubrificante (que são materiais), as ondas do campo de força são o resultado de inúmeros elementos químicos não perceptíveis, remetendo-nos ao conjunto de fatores altamente abstratos e dificilmente mensuráveis do capital social (confiança, compromisso, sentimento de pertencimento). O campo de força faz parte de um ambiente e varia de acordo com ele, dependendo das correntes e das ondas acionadas: o capital social enquanto campo de força pode, assim, provocar turbulências e regulações de cooperação, dependendo dos recursos alocados e das redes de relações sociais, das formas de governança do sistema social, bem como do modo de construção e legitimação do conhecimento social.

No caso de nossa pesquisa <sup>13</sup>, a idéia de concepção de uma metáfora para compreender o capital social foi igualmente alimentada por um diálogo que mantivemos com moradores de Pintadas (Bahia), cidade em que foi desenvolvido e implementado o nosso modelo de análise empírica. O relato a seguir é esclarecedor a esse respeito. Quando iniciamos o processo de pesquisa em Pintadas, uma das questões que levamos a campo (como ficará explicitado no item 5) foi a seguinte: que conhecimento tem a população em geral do Município acerca das redes associativas

locais, particularmente da nacionalmente premiada Rede Pintadas de Solidariedade? A resposta da população fica evidenciada no quadro abaixo:

<b>QUADRO 1 – CONHECIMENTOS DA REDE PINTADA</b>					
<b>Você já ouviu falar da rede pintadas?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>Você sabe o que é a rede pintadas?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	232	57,1	Não sabe	147	62,8
Não	174	42,9	Sabe	87	37,2
<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>232</b>	<b>100,0</b>
<b>Como você avalia o trabalho da rede?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>Você sabe se houve alguma melhoria em pintadas que, para você, é fruto do trabalho de rede?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Muito bom	21	9,0	Não sabe	125	53,4
Bom	86	36,8	Sabe	109	46,6
Regular	20	8,5	<b>TOTAL</b>	<b>234</b>	<b>100,0</b>
Ruim	04	1,7			
Péssimo	00	0,0			
Não sabe	103	44,0			
<b>TOTAL</b>	<b>234</b>				

Fonte: Pesquisa "Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: Atores da Sociedade Civil e Políticas de Desenvolvimento Local na Bahia".

Ainda que muitos (57,1% dos entrevistados) afirmem conhecer a Rede, não foram capazes de defini-la ou de associar alguma melhoria operacional na cidade ao seu trabalho. Isso foi razão de questionamento e debate com as lideranças locais, visto que a esse desconhecimento formal corresponde, concomitantemente, apoio político à Rede e suas associações (inclusive no momento das eleições municipais, visto que a Rede pôde eleger a gestão pública municipal prefeitos em três mandatos consecutivos, desde as eleições de 1996). O que explicaria tal fenômeno? Fundamentalmente, a idéia de criação de uma "rede" teve sua origem na sugestão e no incentivo de um agente de cooperação da Alemanha que, na segunda metade dos anos 1990, passou por Pintadas, lá se instalou e muito contribuiu para a dinamização das associações locais: ele deu inclusive a sugestão de que as associações locais se organizassem em Rede, respondendo aos critérios mais contemporâneos (aceitos

nacional e internacionalmente) de gestão organizacional estratégica. A idéia prosperou e permitiu, ademais, a premiação da Rede Pintadas de Solidariedade pela Fundação Getúlio Vargas (Prêmio Gestão Pública e Cidadania), dando-lhe projeção na mídia e no mundo acadêmico, tanto no plano regional quanto no âmbito nacional. No entanto, a Rede era conhecida como Movimento Social pelas pequenas comunidades rurais de Pintadas (que correspondem a cerca de 60% do total da população). Além disso, ao falarem às populações rurais da idéia de “rede”, as lideranças locais nos relataram que o imaginário coletivo tende a representá-la como uma rede para dormir e não como uma rede para pescar (que, naquele contexto, é conhecida como “tarrafa”). Ou seja, a fim de garantir seu reconhecimento social e corresponder à metáfora da cooperação entre seus distintos nós, a Rede Pintadas de Solidariedade deveria ter sido chamada Tarrafa Pintadas...

## **5 O CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Partindo do pressuposto de que os recursos sociais ajudam o ator a obter seus objetivos, que as posições sociais de origem facilitam o acesso aos recursos sociais e seu uso (Lin, 1995) e reconhecendo a particularidade das relações entre capital social e desenvolvimento local, consideramos ser necessário concebê-lo na perspectiva de um bem coletivo, abandonando a idéia de simplesmente agregar preferências individuais e deixamos, assim, de considerar o capital social exclusivamente enquanto resultante da densidade de redes sociais formadas pelos membros de uma dada sociedade.

Ou seja, buscamos desenvolver uma perspectiva patrimonial do capital social que implicaria considerá-lo enquanto estado global de uma sociedade. Por que não pensar o capital social em termos de quanto uma dada sociedade pode propiciar a seus integrantes, o grau de liberdade dos seus membros, o estado das desigualdades, o estoque global de educação, das produções culturais e artísticas, o capital ecológico? Dominique Meda, ao levantar tal questionamento, desafia-nos a ultrapassar a definição de capital social exclusivamente enquanto qualidade das redes sociais e das relações entre os indivíduos, considerando a sociedade, a nação, o país como um todo, um coletivo que também possui um bem próprio: o capital social corresponderia, assim, ao que Meda chama de « estado social da nação » (*état social de la nation*). A sociedade disporia, segundo Meda, de um certo número de bens e recursos, de uma certa quantidade de capitais, cuja progressão, melhora, acumulação e qualidade (ou, no sentido contrario, cuja redução e degradação) também podem ser medidas (Meda, 2002).

Outro autor fundamental em nossa concepção é Bourdieu, para quem o capital social é um recurso e não uma característica da estrutura social. Isso significa que ele pode estar presente em todas as estruturas sociais. Não há estruturas sociais

com mais capital social do que outras, pois o que difere entre elas são os recursos disponíveis de capital social. O capital social pode estar latente, ele pode ser positivo ou negativo; daí a metáfora do campo eletromagnético. Os valores (para dizer se o capital social é positivo ou negativo) advêm do enunciado dos objetivos dos próprios atores políticos produzindo capital social; estes valores não podem ser pré estabelecidos à análise do capital social. Admitir a latência do capital social (a energia estática do campo de força) permite-nos evitar, no domínio do desenvolvimento local, uma visão etnocêntrica que poderia levar-nos a comparar estruturas sociais (um território, uma comunidade, uma nação, uma rede) para medir o capital social entre elas. Permite-nos, igualmente, abandonar a tentação de estabelecer um “padrão” de capital social.

Sendo um recurso, o capital social é uma forma de capital. Ele pode produzir efeitos, mas se distingue fundamentalmente desses efeitos. Temos, em termos de definição, de separar as fontes do capital social de seus efeitos, trabalhando dialeticamente com ambos os pólos. Os recursos do capital social situam-se em pelo menos dois níveis: no nível individual e no nível da estrutura social (enquanto reservatório de recursos acumulados). Aceitando que o capital social é, assim, uma forma de capital, temos de perguntar-nos: Como se dão os modos de constituição do capital social? Como as redes produzem benefícios econômicos, financeiros, culturais, sociais? Se o capital social produz-se a partir das interações sociais, uma pista a ser explorada seria a da combinação entre a análise estrutural das redes e a concepção bourdiana que dá prioridade às relações a partir da participação em redes. Os laços sociais produzem capital social e como? De que forma este capital social produz capital econômico?

Se excluirmos os “laços fortes” e as ações expressivas (ações voluntárias e relacionadas com a expressão de valores próprios e subjetivos de solidariedade) e levarmos em conta somente os “laços fracos” e a ação instrumental, a qualidade e a quantidade de recursos disponíveis em uma rede e as formas pelas quais as relações dentro desta rede produzem frutos (outras formas de capital), por meio de investimentos dos agentes nela presentes, são essenciais para pensarmos a conversão de capital social em capital econômico <sup>14</sup>.

No texto *The Forms of Capital*, Bourdieu lembra que a centralidade das conversões entre as diferentes formas de capital: as diferentes formas de capital podem derivar do capital econômico, mas outros capitais são acessíveis somente por intermédio de capital social (relações de obrigações sociais). O tempo é um elemento importante para a conversão (com o tempo, por exemplo, pode-se conquistar a gratidão de outrem). Todas as outras formas de capital têm o capital econômico na sua raiz, mas esta raiz somente é capaz de produzir capital econômico se e quando

estiver escondida. Para investir tempo na construção de capital cultural, por exemplo, o indivíduo necessita de capital econômico para propiciar este tempo livre. A distinção entre as formas de capital dá-se pela sua reprodutibilidade ou de acordo com o modo como o capital é transmitido. Isto é, Bourdieu propõe ultrapassar a visão economicista (que tudo reduz ao econômico), mas também deseja ir além do semiologismo (estruturalismo, interacionismo simbólico, etnometodologia) que reduz os intercâmbios sociais a fenômenos de comunicação. Bourdieu tenta combinar Marx (reconhecendo o papel fundamental do capital econômico nas relações sociais) e Weber (a inserção cultural e simbólica do capital).

Partindo de tal concepção do capital social, concebemos uma proposta metodológica que foi experimentada no município de Pintadas, na Bahia<sup>15</sup>. A proposta, cujo desenvolvimento se deu no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2004, esteve fundamentada em três níveis de análise:

- Visão global do território: histórico do município e das estratégias de desenvolvimento local, visando a enfatizar as tendências gerais (dados secundários, quantitativos e qualitativos) e as orientações da coletividade quanto às políticas implementadas;
- Redes sociais: a estrutura das organizações locais de cooperação, incluindo as associações, os sindicatos, as cooperativas, a mídia local, os poderes públicos locais, foi analisada à luz do perfil organizacional (administrativo, político e ideológico), das ações coletivas desenvolvidas, bem como do grau de interação com outros atores locais;
- Análise do nível individual de integração social: os questionários individuais analisavam questões relacionadas à prática de valores, sociabilidade, informação, associativismo, participação política e conhecimento sobre a própria Rede Pintadas.

A análise detalhada dos dados obtidos está em curso. Pode-se afirmar, pelo trabalho concluído, que o perfil do pintadense revela que a grande maioria das pessoas que responderam ao questionário reside em Pintadas há mais de 10 anos, ou seja, devem conhecer a dinâmica local com pertinência (apenas 7,9% residem em Pintadas há menos de 10 anos). Elas têm baixa escolaridade, pouca mobilidade (pouco sai de Pintadas), cerca de 40% somente lêem jornal ou revista, sendo que os meios de comunicação mais utilizados são o rádio e a TV (vide quadro 2, abaixo).

QUADRO 2 – ACESSO A INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Você lê jornal ou revista?	N	%	O que você lê? Jornal ou revista?	N	%
Sim	166	40,9	Jornal	76	39,3
Não	136	33,5	Revista	117	60,7
Nenhuma das alternativas	104	25,6			
<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>193</b>	<b>100,00</b>
Com que frequência você lê?	N	%	Com que frequência você escuta notícia no rádio?	N	%
Todos os dias	08	4,8	Todos os dias	181	44,6
Algumas vezes por semana	34	20,4	Algumas vezes por semana	138	34,0
Uma vez por semana	33	19,8	Uma vez por semana	29	7,1
Uma vez por mês	92	55,0	Uma vez por mês	14	3,4
			Nunca	44	10,8
<b>TOTAL</b>	<b>167</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: Atores da Sociedade Civil e Políticas de Desenvolvimento Local na Bahia".

No que diz respeito às instituições, fala-se de política em Pintadas (para 56,2% dos entrevistados). Considera-se que a Prefeitura tem papel central (63,5%) no combate às desigualdades. Além disso, 9,9% dos entrevistados são filiados a um partido político (mais da metade destes 9,9% no PT). A avaliação da Prefeitura é muito positiva, mas a confiança na Prefeita (1997-2000, 2001-2004) é superior que a confiança na Prefeitura. A confiança enorme na Igreja (80%) é bastante elevada, como revela o quadro 3, a seguir.

QUADRO 3 – CONFIANÇA NAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NA IGREJA					
Fala-se de política na sua família?	n	%	Qual dos grupos abaixo te, na sua opinião, a obrigação principal no combate á desigualdade social em pintadas?	n	%
Sim, muito freqüentemente	62	15,3	O Governo Federal	46	11,4
Sim, de vez em quando	166	40,8	O Governo Estadual	44	10,8
Não, raramente	75	18,5	A Prefeitura	258	63,5

Não, jamais	103	25,4	As associações	03	0,7
TOTAL	406	100,00	As famílias e os parentes das pessoas pobres	02	0,5
			Os próprios pobres	03	0,7
			Não sabe	12	3,0
			Outros	38	9,4
<b>TOTAL</b>			<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,00</b>
<b>Você tem confiança no Governo Federal?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>Você tem confiança na igreja católica?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Confio muito	140	34,5	Confio muito	325	80,0
Confio um pouco	175	43,1	Confio um pouco	54	13,4
Desconfio	73	18,0	Desconfio	26	6,4
Não sabe	18	4,4	Não sabe	01	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: Atores da Sociedade Civil e Políticas de Desenvolvimento Local na Bahia".

No que diz respeito à participação dos cidadãos e ao grau de associativismo na cidade:

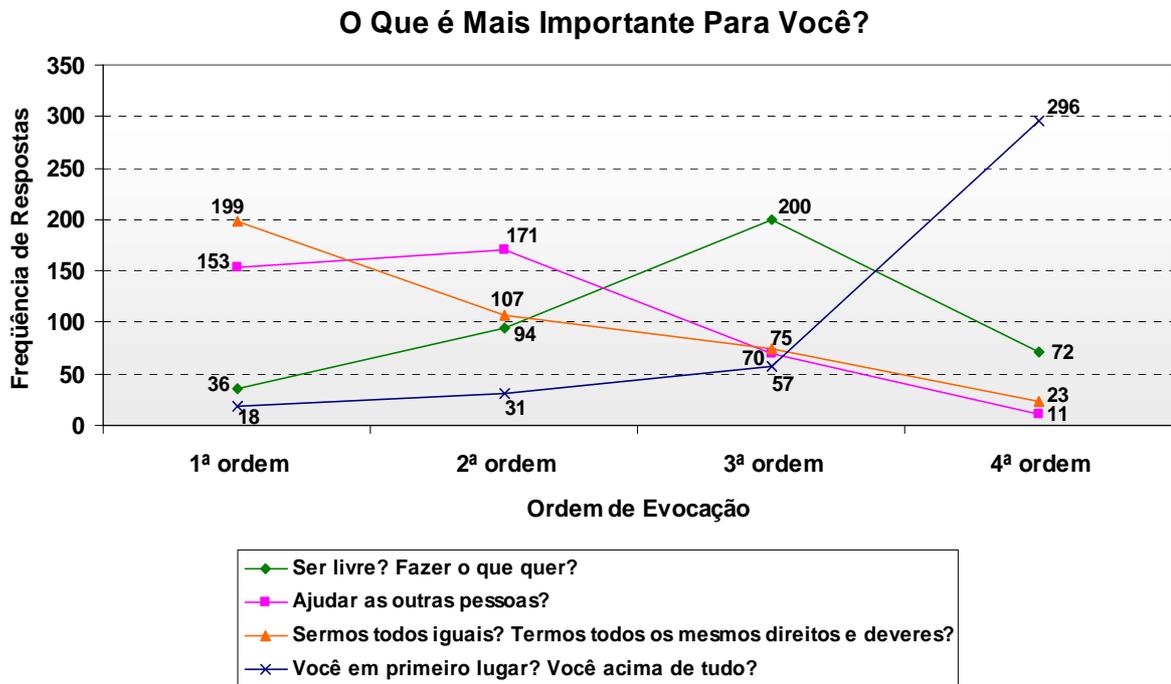
<b>Quadro 4 - ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b>					
<b>Você participou de alguma mobilização com um grupo de pessoas ou de alguma ação coletiva nos últimos 12 meses?</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Com que frequência, nos últimos doze meses, você participou de uma assembleia ou de uma reunião pública?</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	120	29,6	Nenhuma	163	40,2
Não	286	70,4	Uma vez	46	11,3
			Dois vezes	52	12,8
			Três ou mais vezes	145	35,7
<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,0</b>
<b>Com que frequência, nos últimos doze meses, você procurou um líder comunitário?</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Você faz parte de alguma associação, cooperativa ou sindicato?</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nenhuma	325	80,1	Sim	188	46,3
Uma vez	21	5,2	Não	218	53,7
Dois vezes	18	4,4		406	100,0
Três ou mais vezes	42	10,3			
<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100,0</b>			
<b>TOTAL</b>	<b>187</b>	<b>100,0</b>			

Fonte: Pesquisa "Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: Atores da Sociedade Civil e Políticas de Desenvolvimento Local na Bahia".

Dessa descrição breve de alguns resultados da pesquisa sendo desenvolvida em Pintadas resultam vários questionamentos sobre a definição da cultura local, bem suas relações com o desenvolvimento local. Em primeiro lugar, quanto aos valores e as normas sociais constitutivos da cultura local, o exemplo de Pintadas convida-nos a levar em conta a estreita relação entre fé cristã e transformação social: as noções de cidadania e compromisso cívico, em Pintadas, passam quase sistematicamente pela relação com a Igreja. Vários interlocutores em entrevistas realizadas afirmam que a Igreja católica é a parceira principal da disseminação das práticas de transformação social em Pintadas. Por intermédio dos apelos à solidariedade e à cooperação, a chamada *ala progressista* da Igreja Católica estimula a construção do sentido do comunitário e do coletivo: são ilustrações dessa prática os projetos sócio-econômicos implicando a utilização e a gestão de equipamentos comunitários e o trabalho coletivo da Associação Padre Ricardo. O projeto econômico comunitário é, assim, visto como um meio para organizar os pequenos produtores, oferecendo-lhes possibilidades de ampliar sua participação na sociedade maior, tentando estimular-lhes o senso crítico e a consciência sobre a liberdade, a responsabilidade e os direitos dos cidadãos. Da mesma forma, a ação coletiva é justificada em função de seus benefícios econômicos: os folhetos de publicidade da cooperativa de crédito SICCOB<sup>15</sup>, fundado em 1997, lembram aos agricultores que, graças à responsabilidade coletiva, podem constituir fundos de aval e contrair empréstimos com que, individualmente, não poderiam contar (ou teriam de pagar taxas de juros mais elevadas praticadas por bancos sem agências em Pintadas). A cultura do trabalho coletivo é, em boa parte, resultado da atuação missionária da Igreja e de sua confiabilidade junto à população; dados empíricos coletados entre janeiro e julho de 2004 (apresentados na tabela 1, em anexo) confirmam a confiança de que goza a Igreja católica em Pintadas em comparação com outras instituições.

Em segundo lugar, a identidade coletiva é estreitamente relacionada com o movimento social de Pintadas. A prática do mutirão e a luta quotidiana marcam essa identidade. O compromisso público tem origem, entre outros fatores, na luta histórica pela sobrevivência e no combate contra as desigualdades no acesso a terra e água. Pode-se dizer, além disso, que a contestação é um elemento-chave para entender a identidade coletiva e o papel da liderança política em Pintadas. Os valores de solidariedade e confiança mútua são destacados pelos líderes do movimento social, mas também pelos habitantes de Pintadas em geral. Como mostram alguns dados da pesquisa (gráfico 1), a solidariedade tem prioridade na escala de valores dos habitantes (seguida pela fraternidade), em detrimento da liberdade e do individualismo.

Gráfico 1



Em terceiro lugar, os valores de solidariedade e o compromisso com a contestação ao projeto de modernização conservadora vigente na Bahia encontram-se associados a práticas efetivas de participação e de tentativa de construção de alternativas de desenvolvimento local. A Rede Pintadas, por exemplo, busca influenciar a coordenação de estratégias locais e regionais de cooperação (incluindo outros municípios vizinhos). Ainda que ela não seja, até agora, uma rede completamente funcional que interligue seus membros de modo sistemático consegue compensar os limites de sua operacionalidade (que podem tornar-se obstáculo em seu desenvolvimento futuro...) com dois traços centrais da política local de Pintadas: um elemento cultural marcado pela mobilização que une os diferentes pontos da Rede e um elemento político marcado pela forma como o poder é distribuído e administrado no seu seio.

A mobilização social e a distribuição do poder efetivam-se por meio de um conjunto de medidas que integram o processo decisório participativo da Rede. As decisões são discutidas em Assembléia com a participação de representantes das entidades. Além disso, a Rede estimula a participação popular por meio de consultas e avaliações freqüentes: na área da saúde, por exemplo, no ano de 2000, quase mil pessoas adultas participaram dos diversos encontros preparatórios da Primeira Conferência Municipal de Saúde. Tal participação no campo da saúde pode ser

considerada resultado do trabalho anterior realizado pelo Movimento das Mulheres: antes de 1996, o Movimento já exigia do poder público local ações que minimizassem os altos índices de mortalidade em função de câncer de útero e de mama. Junto às comunidades rurais, o Movimento realizou encontros para a discussão sobre a saúde durante a campanha eleitoral de 1996, o que resultou no plano de ação municipal na área de saúde. Cinco anos depois, em 2001, o exame preventivo do câncer de útero já era acessível para 98% das mulheres, tanto da sede quanto da zona rural.

A ação do Congresso Popular, outro espaço de forte convergência da população pintadense, teve sua primeira versão em junho de 2002, visando à participação das massas (populares e trabalhadoras) na construção das estratégias de desenvolvimento local. O Congresso Popular (CP) é considerado, segundo as lideranças locais, um "*novo salto qualitativo*", após a luta pela terra, a criação do Centro Comunitário de Serviços, a organização política, a vitória eleitoral do PT e a organização da Rede Pintadas. O CP é visto como uma etapa a mais no processo de construção do movimento popular, caracterizado desde o início pela participação das bases sociais. Visto que a área de saúde já havia avançado no processo participativo e na implementação dos mecanismos de democracia direta, a idéia foi transformar a Conferência de Saúde em Congresso Popular para articular e integrar as discussões envolvendo o conjunto das práticas e políticas públicas e suas áreas específicas<sup>16</sup>. Na preparação do CP, foram organizadas reuniões conjuntas de todos os gestores e de todas as lideranças, reuniões setoriais independentes de cada corpo social, bem como 12 grandes assembléias populares (2 na sede e 10 na zona rural). O Congresso Popular reuniu, durante dois dias, um total de 267 delegados, assim distribuídos:

- 181 delegados indicados diretamente pela sociedade civil:
  - 120 delegados eleitos nas assembléias populares;
  - 25 delegados eleitos nas reuniões setoriais;
  - 36 delegados dos movimentos populares e organizações sociais.
- 48 delegados escolhidos pelos trabalhadores dos serviços públicos;
- 31 representantes do poder público:
  - 25 delegados da administração pública (nível municipal);
  - 4 representantes da Câmara de Vereadores;
  - 1 representante do Poder Judiciário (nível estadual);
  - 1 representante do Ministério Público (nível estadual).
- 7 delegados do Conselho Municipal de Saúde
  - 3 representantes dos usuários;
  - 2 do Estado;
  - 2 representantes dos trabalhadores da área de saúde.

Além disso, a plenária deliberativa do CP contou com a presença de um delegado para cada 30 habitantes acima de 15 anos, com um mandato de 2 anos até o início do próximo CP. Suas funções principais são o acompanhamento dos encaminhamentos definidos pelo Congresso e a mobilização das comunidades e discussão em torno das deliberações do Congresso. Houve, em 2002, a participação direta no processo do Congresso (nas reuniões dos gestores e dirigentes, reuniões setoriais e assembléias populares) de mais de 1500 pessoas, ou seja, um quarto da população de Pintadas com mais de 15 anos. Os principais problemas e desafios do Município foram assim elencados: estradas, desemprego e geração de emprego e renda. As duas principais prioridades do Município por ordem de preferência foram: estradas e geração de emprego e renda e apoio ao homem do campo. Percebe-se aqui certa sofisticação das demandas da população, já que as necessidades básicas de acesso à água já foram atendidas com a construção de cisternas em domicílios familiares de mais de 95% da população rural. É claro que a não renovação, até hoje, da experiência é um limite importante no processo de deliberação democrática em Pintadas, sobretudo porque não se pode saber com que efetividade as demandas foram implementadas, como se deu o controle social junto às políticas públicas em relação às demandas levantadas no Congresso, se existiram reuniões posteriores para discussão sobre o andamento das propostas, ou, ainda, se houve articulação com os demais canais de participação popular (Conselhos, por exemplo).

---

## **Nor glue, neither sociological lubricant, but electromagnetic field: the Social Capital metaphors in local development**

### **ABSTRACT**

In general terms, academic literature on social capital builds on the empirical evidence that economic variables are not sufficient to bring about local development models that are socially just and environmentally sustainable; it is almost consensual in reaffirming that civic engagement networks, norms of mutual trust, resources stemming from social networks, the wealth of associative tissues and political institutions do have a direct impact when it comes to a qualitative increase on the communication between individuals and social actors, the production of more intensive modalities of social interaction, and the reduction of collective action dilemmas around local development strategies. It goes without saying that one of the critical elements of the current debate on the relationships between social capital and local development concerns the local development concept itself. Therefore, in this article, rooted in a definition of local development formulated by himself, the author has two main goals: (1) to analyze the conceptual dispute that reigns within the academia around the definition of social capital; (2) to argue that metaphors can be a valuable tool in better understanding the multiple roles that social capital may play in

different contexts of local development. In the conclusion, based on his own research experience in the municipality of Pintadas in Bahia, between 2003 and 2005, the author sketches theoretical and methodological parameters in order to understand the relationships between social capital and local development.

**Keywords:** Local development. Social capital. Social theory. Metaphors. Methodological parameters for scientific research.

---

## Notas

\* Professor-adjunto do Departamento de Estudos Organizacionais e Professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Coordenador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) e Pesquisador do CNPq. Concluiu em dezembro de 2005 o projeto de pesquisa intitulado *Capital social, participação política e desenvolvimento local na Bahia*, com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Atualmente, está desenvolvendo, com apoio do CNPq, o projeto de pesquisa sobre a temática *Globalização e contestação política transnacional: organizações, redes e movimentos*. Email: [cmilani@ufba.br](mailto:cmilani@ufba.br)

<sup>1</sup> Para informações detalhadas do projeto de pesquisa em questão, vide

[www.adm.ufba.br/capitalsocial](http://www.adm.ufba.br/capitalsocial)

<sup>2</sup> Ver os seguintes textos dos autores do presente artigo para análises mais detalhadas sobre o tema do desenvolvimento: MILANI, Carlos. Como articular o 'capital' e o 'social'? Teorias sobre o capital social e implicações para o desenvolvimento local. **Redes**, UNISC (Santa Cruz do Sul), v. 9, n. 2, p. 31-54, 2004. MILANI, Carlos. La gouvernance renouvelle l'espace public international. **Problèmes Économiques La Documentation Française**, França, n. 2706, p. 17-19, 2001. MILANI, Carlos, ARTURI, Carlos, SOLINÍS, Germán (Orgs.). **Democracia e Governança Mundial**. Porto Alegre: UFRGS/UNESCO, 2002. 295 p. MILANI, Carlos. La globalisation, les organisations internationales et le débat sur la gouvernance. In: BEAUD, Michel. (Org.). **Mondialisation, les mots et les choses**. Paris, 1999, p. 169-185.

<sup>3</sup> O texto original de Lyda Hanifan foi publicado em 1916 com a seguinte referência: HANIFAN, Lyda Johnson. The rural school community center. In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, n°. 67, 1916, p. 130-138.

<sup>4</sup> Jacobs parte do princípio de que nos EUA, nos anos 1960, trata-se muito mal da questão dos bairros urbanos (os *city neighborhoods*). Este conceito de "bairro" é freqüentemente manipulado sentimentalmente, perdendo o planejador o bom senso necessário. Pensa-se o "bairro" como uma entidade fechada em si, para dentro, uniforme em contextos diferentes. O "bairro" para ela deve ser visto com um órgão de auto-gestão. Um aspecto importante de seu pensamento: Jacobs chama a atenção para a centralidade do humano e do social no planejamento urbano. "Statistical people are a fiction for many reasons, one of which is that they are treated as if infinitely interchangeable. Real people are unique, they invest years of their lives in significant relationships with other unique people, and are not interchangeable in the least" (Jacobs, 1961, p. 136).

<sup>5</sup> Bourdieu dá ênfase aos processos de criação, diferenciação e manutenção de redes de relações duráveis como meios para concentrar o poder. Os grupos sociais são vistos como dispositivos de poder. Ele percebe o caráter duplo, bem como a natureza material e simbólica das relações de identidade em grupo. O artigo de Bourdieu é precursor e não se baseia em trabalhos anteriores; ele se interessa, principalmente, pelo capital social dos grupos sociais dominantes para fortalecer a sua dominação, garantir a sua reprodução e permitir a apropriação do capital social coletivo. Deste ponto de vista, ele afirma que a solidariedade é consequência dos lucros individuais que podem resultar do fato de pertencer de forma durável a um grupo.

<sup>6</sup> No início do século XX, Thorstein Veblen reconhecia que as teorias da produção e da distribuição, em economia, tinham o indivíduo hedonista como ponto de partida, sem necessariamente

reconhecer que nem o indivíduo, nem a família podem manter-se isolados do sistema social em que vivem. A continuidade entre o indivíduo e a sociedade, entre a família e a sociedade, é de natureza imaterial e intangível. São os valores imateriais (o que ele chamou de “immaterial equipment”) que permitem o desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos. Esses valores imateriais constituem um estoque social, disponível a todos os indivíduos de uma coletividade. Ver VEBLEN, Thorstein. On the Nature of Capital. In: **Quarterly Journal of Economics**, vol. XXII, n. 4, agosto de 1908, p. 517-542. No campo das organizações, Gareth Morgan trabalha no livro **Imagens da Organização** as metáforas da organização enquanto máquina, organismo, cérebro, sistema político, prisão psíquica, entre outras. Ver MORGAN, *op. cit.*, p. 16 e ss.

<sup>7</sup> MORIN, Edgar e KERN, Anne Brigitte. Terra- Pátria. Porto Alegre : Sulina, 1995, p. 35.

<sup>8</sup> AUSTRUY, Jacques. **La chenille et papillon, économie des métamorphoses**. Paris: Editions Cujas, 1992

<sup>9</sup> No campo das organizações, Gareth Morgan trabalha no livro **Imagens da organização** as metáforas da organização enquanto máquina, organismo, cérebro, sistema político, prisão psíquica, entre outras. Ver MORGAN , *op. cit.*, p.16 e ss.

<sup>10</sup> WD-40 é uma conhecida marca de um óleo lubrificante nos Estados Unidos.

<sup>11</sup> Afirmações encontradas no website do Banco Mundial, em *World Bank Social Capital Initiative, Working paper* número 11.

<sup>12</sup> David Robinson define o capital social enquanto um conjunto de recursos a que um indivíduo ou um grupo tem acesso em função do fato de pertencer a uma rede de intercâmbio e relações mutuamente proveitosas (Robinson, 2002, p.3). Aspectos desta estrutura social, tais como relações, normas e confiança social, podem ajudar a desenvolver a coordenação de atividades e a cooperação em torno de projetos de benefício comum. Recursos aqui se referem a fatores, tais como estatuto, atenção, conhecimento, bem como oportunidades para participar e comunicar; não se referem simplesmente a conexões que dão acesso a recursos físicos e a informação. O capital social refere-se, então, à capacidade e à habilidade dos cidadãos de conectar-se (no inglês, *connectedness*). Redes de relações propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações; criam espaços nos quais a comunicação pode ter lugar, o que é uma função-chave para sistemas sociais ricos em capital social, uma vez que abrem acesso à informação e permitem que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados. O sentimento de pertencer ao grupo (identidade de grupo) é fundamental na definição do capital social; passamos, assim, de uma identidade baseada no conhecimento (*Cogito ergo sum*) a outra fundada no sentimento de pertencimento (*Cognatos ergo sum*).

<sup>13</sup> Informações detalhadas sobre o projeto estão disponíveis em [www.adm.ufba.br/capitalsocial](http://www.adm.ufba.br/capitalsocial)

<sup>14</sup> Bourdieu, em *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*, fala de transubstanciação ou a conversão de capital simbólico em capital econômico: a conversão do capital simbólico em capital econômico é sempre arriscada, pois o nome (por exemplo, Jeanne Lanvin: um nome de prestígio) pode converter-se em capital econômico sob certas condições e dentro de certos limites, particularmente condições temporais (a duração do renome do costureiro, por exemplo, é fator central). Uma parte da autoridade e do prestígio está aliada à tradição do nome (« maison fondée en... »). Para os que começam o *métier*, o capital inicial será tanto mais importante quanto mais elevada for a posição ocupada pelo recém-chegado em uma maison de maior prestígio. Contam o capital de autoridade e o capital de relações. O costureiro é diretor de uma empresa de produção de bens simbólicos. Ele dirige uma alquimia simbólica. A marca e o ato da criação conferem promoção ontológica ao bem criado. Há também o carisma do costureiro (o responsável pela criação). O aparelho da produção e da circulação está orientado para a produção do poder quase mágico, atribuído ao homem singular para produzir objetos que são raros pelo simples fato de que ele os produz, ou para conferir raridade pela simples imposição da grife (ato simbólico da marcação dos bens, às vezes inclusive não produzidos por ele >> uma franquía). CHANEL, por exemplo, criou a religião do pequeno tailleur. Outro exemplo: Dior, pois o que faz com que os produtos sejam Dior não é o indivíduo biológico Christian Dior, nem a maison Dior, mas o capital da maison Dior que age sob as características de um indivíduo singular que somente pode ser Dior. Por isso, toda teoria econômica da produção de bens simbólicos que leva em conta apenas os custos de fabricação dos objetos considerados em sua materialidade é falsa. A imposição do valor a um bem simbólico passa

igualmente pela definição de uma estratégia que vai produzir as condições da eficácia da grife. Bourdieu chama esta estratégia ou processo de transubstanciação simbólica (que não pode ser resumida a uma transformação material). Estudar este processo abre caminho para uma análise das operações constitutivas da alquimia simbólica. Mais ainda, a imposição da grife produz também uma alquimia social, pois modifica radicalmente a qualidade social. Ver Bourdieu, *op. cit.*, 2002.

<sup>15</sup> O município de Pintadas foi escolhido pelo caráter excepcional de suas experiências de desenvolvimento local (Milani, 2006). Ademais, para fins de pesquisa lá foi encontrada a possibilidade de se fazer uma análise das relações sociais com o apoio dos atores do desenvolvimento local, facilitando acesso a documentos, a realização de entrevistas com lideranças e com a população. Situado a 250 km da cidade de Salvador, a população total do município de Pintadas é de 10927 habitantes (dados de 2000), dos quais 4076 estão na zona urbana e 6851 são moradores da zona rural. A partir desses dados, realizamos 406 entrevistas de forma aleatória – 161 na zona urbana e 245 na zona rural – respeitando o cumprimento do limite mínimo da amostragem (386 pessoas de famílias distintas) da população para um nível de confiança de 95% (erro amostral de 5%). Mais informações sobre o projeto em [www.adm.ufba.br/capitalsocial](http://www.adm.ufba.br/capitalsocial).

<sup>16</sup> A regra fundamental do SICOOB é investir 70% dos fundos da cooperativa localmente. A SICOOB tem um ativo de 4,5 milhões de reais. Desde o início de seu funcionamento, a cooperativa teve 600 mil reais de sobras que foram distribuídas entre os cooperados. A discussão com as bases é muito importante: em média, 1200 cooperados participam das assembleias e debates. Em 2001, foram organizados cursos de formação para 315 cooperados. A taxa de inadimplência para o Projeto de Caprinos, por exemplo, é de 0,8% e do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) é de 3%. Cerca de 50% dos cooperados vivem em Pintadas (o SICOOB já abrange outros municípios vizinhos). As relações de proximidade e as relações humanas são consideradas pelo diretor do SICOOB elemento fundamental para o êxito da cooperativa.

<sup>17</sup> O objetivo principal do CP foi avaliar, integrar e unificar estrategicamente as políticas e ações públicas, estatais e de auto-gestão. Visou também à intensificação da participação popular nas avaliações e decisões e no controle social sobre as práticas públicas. O CP pode ser definido como um espaço de democracia participativa para avaliar o conjunto das práticas, propor mudanças e diretrizes e deliberar sobre os rumos das políticas públicas e suas prioridades. O CP buscou dar ênfase à participação social e política dos trabalhadores, em vez da intervenção técnica de consultores externos. Assumiu, no entanto, o risco de fragmentar as forças do movimento social em vez de as unir. Permitiu também oferecer ao poder público uma visão mais próxima das reais dificuldades, potencialidades e avanços da administração e do município como um todo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. In *Economia Aplicada*, volume 4, número 2, abril/junho de 2000.

AMIN, Samir. *L'accumulation à échelle mondiale. Critique de la théorie du sous-développement*. Dakar: IFAN, 1970.

ATRIA, Raúl. Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo. In ATRIA, Raúl et alii. *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe : en busca de un nuevo paradigma*. CEPAL, Michigan State University, 2003, p. 581-590.

BAQUERO, Marcello. Democracia, cultura e comportamento político: um análise da situação brasileira ». In PERISSINOTTO, Renato e FUKS, Mario (orgs.), *Democracia, Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Curitiba: Fundação Araucária, 2002, p. 105-138.

- BARTOLI, Henri. Repenser le Développement, en Finir avec la Pauvreté. Paris, UNESCO/MOST/Economica, 1999, 205 p.
- BECKER, Dinizar. "A Economia Política do (Des)envolvimento Regional Contemporâneo". In Redes (Santa Cruz do Sul), vol. 7, n. 3, p. 35-59, set/dez 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A Produção da Crença : contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. In Actes de la recherche en sciences sociales, volume 31, 1980, p. 2-3.
- BOURDIEU, Pierre. "The Forms of Capital". In RICHARDSON, John G. (org.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood Press, 1986, 377 p.
- MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 1996.
- COLEMAN, James. Foundations of Social Theory. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1990.
- COMPARATO, Fábio Konder. Saber combinar o específico e o universal. In Lua Nova, número 54, 2001, p. 97-101.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. In Lua Nova, número 54, 2001, p. 103-113.
- DURSTON, John. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In ATRIA, Raúl et alii. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe : en busca de un nuevo paradigma. CEPAL, Michigan State University, p. 147-202, 2003.
- ESCOBAR, Arturo. Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FALS-BORDA, Orlando. Ciencia propia y colonialismo intelectual. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 1971.
- FINE, Ben. Social Capital *versus* Social Theory, Political Economy and Social Science at the Turn of the Millenium. Londres: Routledge, 2001, 293 p.
- GEERTZ, Clifford. Savoir Local, Savoir Global. Les Lieux du Savoir. Paris: PUF, 1986.
- GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. In American Journal of Sociology, volume 78, número 6, 1973, p. 1360-1380.
- GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Strcuture: The Problem of Embeddedness. In American Journal of Sociology, volume 91, número 2, 1984, p. 481-510.
- HANIFAN, Lyda. Social Capital - Its Development and Use. In OSTROM, Elinor e AHN, T. K. Foundations of Social Capital. Cheltenham (UK), Elgar Reference Collection, 2003, pp. 22-35.
- JACOBS, Jane. The Death and Life of Great American Cities. New York, Random House, 1961.
- LATOUCHE, Serge. La planète des naufragés. Essai sur l'après-développement. Paris: La Découverte, 1991.
- LIN, Nan. Les ressources sociales: une théorie du capital social. In Revue française de sociologie, volume 36, n. 4, 1995, p. 685-704.

- LOCKE, Richard. Construindo Confiança. In *Econômica*, vol. 3, nº 2, setembro de 2001, p. 253-281.
- MEDA, Dominique. Le capital social: un point de vue critique. In *L'Economie Politique*, Paris, nº. 14, abril de 2002, p. 36-45.
- MILANI, Carlos R. S. Como articular o 'capital' e o 'social'? Teorias sobre o capital social e implicações para o desenvolvimento local. In *Redes*, UNISC (Santa Cruz do Sul), v. 9, n. 2, p. 31-54, 2004.
- MILANI, Carlos R. S. Governo local e cidadania: análise sobre a participação política na Bahia contemporânea. In *ANAIS do III Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)*, Campinas, 2006, 26 p.
- MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama. An Inquiry into the Poverty of Nations*. Harmondsworth, Penguin Books, 1968.
- OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In *SPINK, Peter et alii. Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção*. São Paulo: POLIS, Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002, p. 11-31.
- OSTROM, Elinor e AHN, T. K. *Foundations of Social Capital*. Cheltenham (UK), Elgar Reference Collection, 2003, 590 p.
- PERROUX, François. *L'économie au XXe siècle*. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV editora, 1993.
- PUTNAM, Robert. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. In *Journal of Democracy*, janeiro, volume 6, nº 1, 1995, p. 65-78.
- REIS, Bruno P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. In *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, número 21, p. 35-49, nov. 2003.
- RIST, Gilbert. *Le développement, histoire d'une croyance occidentale*. Paris, Presses de Sciences Po, 1996, 426 p.
- ROBINSON, David. Introduction. In: ROBINSON, David (org.). *Building Social Capital*. Wellington (Nova Zelândia): Institute for Policy Studies (Victoria University of Wellington), 2002, p. 1-13.
- ROBINSON, Bill e ROBINSON, David. Possible Aids from Physics and Engineering to Assist Understanding Social Capital. In ROBINSON, David (org.). *Building Social Capital*. Wellington (Nova Zelândia): Institute for Policy Studies (Victoria University of Wellington), 2002, p. 41-66.
- SACHS, Ignacy. *L'Écodéveloppement, Stratégies de Transition vers le XXIe siècle*. Paris, Syros, 1993, 120 p.
- SCIARRONE, Rocco. Réseaux mafieux et capital social. In *Politix*, nº 49, *Revue des Sciences Sociales du Politique*, Publications Hermès Science, 2000, pp. 35-36.
- SILVEIRA, Caio M. e DA COSTA REIS, Liliame (orgs.). *Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias*. Rede DLI, 2001.
- WOOLCOCK, Michael. Social Capital and Economic Development: Toward a Theoretical Synthesis and Policy Framework. In *Theory and Society*, 27 (2), 1998, p. 151-208.